

Estudos de gênero no Serviço Social

Gender studies in Social Work

Claudia Lopes Ferreira¹

Joicimar Cristina Cozza²

Marilda de Oliveira Lemos³

Natália Cristina Santos Ribeiro Santana⁴

RESUMO

A opressão das mulheres é a primeira de todas as opressões anterior à opressão de classes e à de raças e ao longo dos oitenta anos de história Serviço Social a identidade profissional, construída tendo por base as condições sócio-históricas disponíveis. Foi a partir do final dos anos de 1990 que passou a incorporar a discussão de gênero e de raça/etnia como categorias de análise. Com o objetivo de fazer um levantamento bibliográfico para situar a relação da categoria de assistentes sociais com os estudos de gênero realizou-se um levantamento na Revista Serviço Social e Sociedade que aponta que os estudos de gênero não foram apropriados pelo Serviço Social no mesmo ritmo em que outras áreas do conhecimento.

Palavras-chave: Serviço Social; Gênero; Categoria de Análise.

ABSTRACT

The oppression of women is the first of all oppressions prior to class and race oppression, and over the eighty years of Social Service history, professional identity, built on the basis of available socio-historical conditions. It was from the late 1990s that he began to incorporate the discussion of gender and race / ethnicity as categories of analysis. With the objective of making a bibliographical survey to locate the relationship of the category of social workers with the gender studies, a survey was carried out in the Journal of Social Work and Society that

¹ Assistente Social, Mestre em Serviço Social e Doutoranda em Saúde Pública, professora e coordenadora do curso de Serviço Social do UNISALESIANO de Araçatuba/SP.

² Psicóloga, Mestre em Saúde Pública e professora no curso de Serviço Social do UNISALESIANO de Araçatuba/SP.

³ Assistente Social, Doutora em Ciências Sociais e professora no curso de Serviço Social do UNISALESIANO de Araçatuba/SP.

⁴ Acadêmica do 4º termo do curso de Serviço Social do UNISALESIANO de Araçatuba/SP, em 2016.

points out that gender studies were not appropriated by Social Work at the same pace in the other areas of knowledge.

Keywords: Social Work; Gender; Analysis Category.

Introdução

Ao longo da história, as mulheres sempre estiveram submetidas a uma posição inferior à dos homens, comparada às crianças e aos escravos. A opressão das mulheres é a primeira de todas as opressões conhecidas, anterior à de classes e à de raças. Uma cultura predominantemente masculina encarregou-se de acentuar, cada vez mais, a diferença entre os sexos, defendendo a ideia de que as mulheres são inferiores aos homens “por natureza” e que seus papéis na sociedade são opostos: às mulheres cabe o espaço privado, as tarefas do cuidado e aos homens pertence o mundo externo, o protagonismo das conquistas, a provisão e proteção das famílias.

A política, a arte, a educação, as leis, a religião, foram valiosos instrumentos de dominação e opressão das mulheres. Tal situação continua até os dias atuais, apesar de grandes conquistas feitas pela população feminina. No entanto, sendo essa hierarquia sexual resultado de processo histórico e não de fatalidade biológica, pode ser analisada, combatida e superada. Algumas mulheres entenderam isso e assumiram essa causa, não aceitando pacificamente a inferiorização e subordinação. Resistiram e lutaram por igualdade de direitos, contribuindo para a emancipação de muitas mulheres e a mudança do rumo da história.

O Serviço Social percorreu oitenta anos até aqui⁵, construindo uma identidade profissional, fruto das condições sócio-histórico por meio do suporte teórico disponível em cada fase de seu desenvolvimento. Em finais da década de 1970 e de 1980, desencadeou-se um processo de renovação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, buscando romper com antigas fundamentações teóricas que davam ao Serviço Social um caráter assistencialista e conservador. Com a realização do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em 1979,

⁵ No ano de 2016.

conhecido como “Congresso da Virada”, o Serviço Social marcou suas aproximações à teoria marxista. Foi um processo lento que implicou na reformulação das diretrizes curriculares e na elaboração de um novo projeto ético-político. A teoria marxista ofereceu suporte para que os/as assistentes sociais pudessem se reconhecer como classe trabalhadora e comprometer-se com a defesa e garantia de direitos dessa mesma classe. Os estudos sobre classes sociais intensificaram-se e passaram a ser a ótica para a compreensão e intervenção na realidade social.

A partir do final dos anos de 1990, além dos estudos marxistas, o Serviço Social passou a incorporar, timidamente, a discussão de gênero e de raça/etnia como categorias para compor a análise da realidade social.

Ocorre que, no processo de renovação do Serviço Social, ganharam mais visibilidade os estudos sobre classes sociais no conteúdo teórico-metodológico, no posicionamento ético-político e no exercício técnico-operativo.

Os estudos sobre relações sociais de gênero no Serviço Social

Os estudos sobre relações sociais de gênero ganham evidência no Brasil a partir da década de 1990. O conceito de gênero veio sendo utilizado para falar das relações assimétricas de poder entre homens e mulheres na sociedade, assimetria essa que estrutura e organiza a sociedade de classes.

Ao longo da história ocidental, teorias elaboradas por homens a respeito das mulheres vão contribuir para a criação e manutenção de estereótipos que dão às mulheres um *status* inferior na sociedade. O saber construído a respeito do “ser homem” e “ser mulher” obedece ao padrão estabelecido pela cultura patriarcal. Não será feita aqui a discussão dos conceitos de patriarcado e gênero por não ser o foco deste estudo.

O uso do conceito de gênero ultrapassou o âmbito acadêmico e multidisciplinar (antropologia, sociologia, história, ciência política, linguística, literatura, filosofia, psicologia...), e o âmbito de utilização nos estudos feministas. Ganhou espaço legítimo e consolidado na circulação internacional do campo dos

direitos humanos e na formulação de projetos de políticas públicas nos mais diversos âmbitos. (MACHADO, 2000)

Os estudos de gênero derivam de um processo sobre os estudos a respeito das mulheres, embora gênero e mulher não sejam sinônimos. Os estudos sobre as mulheres tornou visível o outro lado da história, que não foi contada ou foi recortada. As mulheres sempre se fizeram presentes na sociedade, resistindo ao *status* social a elas imposto. Desde há muito, as mulheres lutam por direitos civis, sociais e políticos.

Nos séculos XV a XVII, as mulheres que resistiram às imposições da igreja, praticaram rituais de cura e ousaram sair dos padrões da época, foram consideradas bruxas e queimadas pela Inquisição, a exemplo, Joana D'Arc foi condenada à fogueira por heresia em 30 de maio de 1431.

No século XVII, desenvolve-se a tese de que as mulheres iriam conseguir a igualdade se tivessem acesso à educação. A tese mostrou-se falsa. No Brasil, só em 1827 – século XIX - uma lei estabeleceu a criação de escolas públicas para meninas e a educadora e feminista Nísia Floresta abriu um colégio de educação feminina.

No século XVIII, com a vitória da Revolução Francesa, o novo regime publicou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Em 1791, percebendo que as mulheres não estavam contempladas no documento, a escritora Olympe de Gouges publica a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, insistindo em que as mulheres tinham os mesmos direitos dos homens e que suas necessidades específicas de mulher tornavam mais urgente o exercício desses direitos (SCOTT, 2002, p.50). Ela reivindicava o [...] *direito feminino a todas as dignidades, lugares e empregos públicos, segundo suas capacidades [...]*, já que [...] *se a mulher tem o direito de subir ao cadafalso, ela deve poder subir também à tribuna*. Foi julgada, condenada à morte e guilhotinada em três de março de 1793, por [...] *ter querido ser um homem de estado e ter esquecido as virtudes próprias do seu sexo*. Nesse mesmo ano, as associações femininas foram proibidas na França.

O século XIX é marcado pelas reivindicações por melhores condições de trabalho: melhores salários; redução da jornada de trabalho de 12 a 14 horas

diárias realizada por homens, mulheres e crianças, em semanas de seis dias inteiros e frequentes manhãs de domingo; proibição do trabalho infantil. As operárias eram consideradas incapazes física e intelectualmente e, por temerem demissão, submetiam-se à exploração sexual. (BLAY, 2001)

Também tem início, nesse mesmo período, a luta pelo direito ao voto em vários países. No Brasil, Rita Lobato Velho Lopes, primeira médica formada no país, pela Escola de Medicina da Bahia, em 1935, aos 70 anos, elegeu-se vereadora em Rio Pardo/RS.

No século XX o movimento sufragista intensifica-se, no Brasil e no mundo. Em 1928, foi eleita a 1ª mulher prefeita do Brasil – Alzira Soriano, em Lajes/RN, pois o Presidente do Rio Grande do Norte assegurou às líderes do movimento sufragista o direito a voto e a ser votada desde 1927. Em 1932, as mulheres conquistaram o direito ao voto no Brasil, garantido na constituição de 1934. Contudo, as mulheres votaram pela primeira vez apenas em 1945, após a ditadura getulista. Bertha Lutz foi a grande líder sufragista brasileira. Em 1945, Zuleika Alembert, a primeira mulher a integrar a hierarquia do Partido Comunista - PC, foi eleita deputada estadual eleita por São Paulo. Foi expulsa do PC ao denunciar a sujeição da mulher em seu próprio partido. Até hoje as mulheres têm dificuldade em candidatar-se e ser votadas.

Em 1949, o lançamento do livro “O Segundo Sexo”, da francesa Simone de Beauvoir, marcou o nascimento do feminismo radical contemporâneo. Uma frase da escritora torna-se célebre: “Não se nasce mulher, torna-se”. Para ela, “as mulheres sempre foram marginalizadas porque os homens de todas as classes e partidos sempre lhes negaram uma existência autônoma”. O livro “A Mística Feminina”, de Betty Friedan, em 1963, também contribuiu, de modo mais sistematizado, para os estudos sobre a condição das mulheres.

A história do Serviço Social no Brasil entrelaça-se com a história das mulheres. Mulheres trabalhadoras rurais, urbanas, ribeirinhas e pantaneiras. Mulheres empobrecidas, responsáveis pelas condicionalidades colocadas pelas políticas sociais.

Segundo Faury (1998, p.109),

Duas situações são claras na composição da realidade profissional do Serviço Social: o trabalho profissional em Serviço Social foi e é basicamente exercido no meio de mulheres e por mulheres; a grande maioria dos usuários atendidos foi e é constituída por pessoas do sexo feminino. Essa realidade é composta e fortemente marcada por relações de gênero, pois sabemos que homens e mulheres não ocupam posições iguais na nossa sociedade e que as mulheres experimentam formas duplas de dominação (na casa e no trabalho). (FAURY, 1998, p.109)

Por vezes, entretanto, tem-se a impressão de que a história do Serviço Social no Brasil não conversou com esse período de lutas, conquistas e organização dos movimentos de mulheres e feministas. No processo de renovação, as/os assistentes sociais dedicaram-se, com mais intensidade, aos estudos de classes sociais do que de gênero e raça/etnia e assim ocorre na formação de jovens discentes.

As discussões de gênero no Serviço Social brasileiro começaram a tomar forma somente em finais dos anos 1990. Adquiriu certa importância nas diretrizes curriculares para os cursos de graduação de Serviço Social, aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, em 1996, sendo considerada uma discussão que devia perpassar a formação profissional. Contudo, apesar dessa constatação, não foi assim que a formação profissional foi se dando efetivamente.

Segundo Lima (2014), a temática de gênero tem conquistado espaço e crescido na profissão, principalmente a partir da constituição dos Grupos Temáticos de Pesquisa – GTP, que compõem os estudos e pesquisas da ABEPSS.

A curiosidade científica levou ao levantamento bibliográfico dentro da produção de conhecimento científico do Serviço Social para situar a relação da categoria de assistentes sociais com os estudos de gênero.

Considerando a relevância acadêmica da Revista Serviço Social e Sociedade, e por ter sido a primeira específica da área, realizou-se um levantamento desde sua primeira edição, em 1979, até o ano de 2017.

Ao todo, foram analisadas 26 revistas e 36 artigos. Primeiramente, realizou-se a leitura do título de todos os artigos das revistas publicadas no período acima mencionado, selecionando aquelas que sinalizavam discussões sobre relações de gênero ou algo que indicasse a desigualdade entre homens e mulheres. Também foram consultados os resumos e as introduções de cada artigo.

Após essa seleção, realizou-se a leitura dos 36 artigos direcionando o olhar a partir das seguintes questões: aparece o termo gênero? Qual a formação do/a autor/a? Há uma conceituação de relações sociais gênero? O/a autor/a estabelece relação com o Serviço Social?

Através dessa leitura direcionada, identifica-se que apenas 36 artigos discutem as relações sociais de gênero, sendo importante considerar que os artigos mais antigos, mesmo sem a utilização do termo gênero, uma vez que esse conceito aparece com expressão no cenário acadêmico brasileiro somente a partir da década de 1990⁶.

Verifica-se que a palavra gênero apareceu pela primeira vez no artigo *Profesiones femeninas: La reproducción de La desigualdade*, em 1990, na revista nº 32. O destaque deste termo no título de artigo, fato que representa a importância dada ao mesmo, apareceu em 2001, na revista de nº 67: *Contravenção, Crime e Relação de Gênero*.

Dentre os 36 artigos analisados, 26 foram escritos por assistentes sociais, por vezes em conjunto com outros profissionais. Dentre as assistentes sociais, 11 estão vinculadas à área da docência – são mestres ou doutoras.

Identifica-se que, em 2 artigos, o termo gênero aparece junto com Serviço Social.

Abaixo, por meio de tabela 1, estão apresentados os dados coletados.

Tabela 1 – Levantamento bibliográfico

	Revista nº	Mês	Ano	Título	Autor/a	Formação
1	5	Mar	1981	Um estudo do processo de transformação de Ibitinga ao	Bader Burilan Sawaia	Socióloga

⁶ SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, Patriarcado, Violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004 (p. 109).

				nível das práticas e representações sociais de um grupo de bordadeiras		
2	5	Mar	1981	Feminismo em questão	Rosalina de Santa Cruz Leite (na verdade é entrevistada, não cita quem fez a entrevista)	Assistente Social
3	16	Dez	1984	Uma proposta de programa de saúde	Maria do Carmo Scabia	Não há informação sobre formação acadêmica da autora
4	16	Dez	1984	Assistência à Mulher e a Criança- Formação de Recurso de Humanos (Comunicado)	Maria Inês Souza Bravo	Não há informação sobre formação acadêmica da autora
5	24	Ago	1987	A Concepção de família no estado de bem estar social	Agnes Heller	Filosofia
6	24	Ago	1987	Movimento social das mulheres	Tania Siqueira Montoro	Especialista em política social/assessora
7	24	Ago	1987	A violência no cotidiano das famílias de camadas populares	Maria Amália Faller Vitale	Professora e mestre em Serviço Social
8	25	Dez	1987	Seminário Latino-Americano sobre família e comunidade (Palestra de Abertura)	Seno Antônio Cornely	"Vice-presidente para a América Latina e o Caribe- Conselho Internacional de Bem Estar Social"
9	32	Mai	1990	Profesiones femeninas: La reproducción de La reproducción de La desigualdade	Estela Grassi	Antropóloga
10	33	Ago	1990	Administração da produção doméstica e reprodução de força de trabalho das famílias, inseridas no setor informal de Natal-RN	Maria das Dores Costa e Sandra Lúcia Barbosa Cavalcanti	Autora- Mestre em Administração Coordenadora-Assistente Social
11	42	Ago	1993	Pessoa, Sexualidade e Cidadania	Aglair Alencar Setúbal	Mestre em Ciências Sociais
12	46	Dez	1994	Das famílias "desestruturadas" às famílias "recombinadas": transição, intimidade e feminilidade	José Rogério Lopes	Ciências Sociais
13	46	Dez	1994	A mulher migrante nordestina e a organização do cotidiano na dinâmica do seu grupo familiar	Maria Luíza Clemente	Assistente Social
14	48	Ago	1995	Desafios contemporâneos para a sociedade e a família(palestra)	Potyara A. P. Pereira	Pesquisadora
15	55	Nov	1997	Mulher: trabalha mais, ganha menos, tem fatias irrisórias de poder	Safira Bezerra Ammann	Assistente Social
16	55	Nov	1997	Famílias e Serviço Social:	Regina Célia	Assistente Social

				contribuições para o debate	Tamaso Miotto	
17	57	Jul	1998	Famílias chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida	Luiza Carvalho	"Professora associada do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense, mestre em economia e doutora em sociologia"
18	57	Jul	1998	A doação: da maternidade à maternagem - uma crítica ao mito do amor materno	Lucinete S. Santos	Assistente Social
19	67	Set	2001	Contravenção, Crime e Relação de Gênero	Candida Moreira Magalhães	Assistente Social
20	67	Set	2001	Poder Judiciário e violência doméstica contra a mulher: a defesa da família como função da justiça.	Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha	Assistente Social
21	71	Mar	2003	O trabalho da mulher, relações familiares de qualidade de vida	Virginia Paes Coelho	Assistente Social
22	80	Nov	2004	Resenha: A feminização no mundo do trabalho (Claudia Mazzei Nogueira)	Maria Beatriz Costa Abramides	Assistente Social
23	83	Set	2005	A Maternidade na adolescência e a (des) proteção social	Regina Célia Tamaso Miotto	Doutora docente do departamento do serviço social na Universidade Federal de Santa Catarina
24	84	Nov	2005	A condição paradoxal que constitui o feminismo: dilemas sobre igualdades e diferenças	Maria do Socorro Ferreira Osterne e Vitória Régina Fernandes Gehlen	Assistente Social Doutora em Planejamento de Políticas Públicas
25	86	Jul	2006	Gênero, políticas públicas e centralidade na família	Cássia Maria Carloto	Doutora em Serviço Social pela PUC/SP
26	96	Nov	2008	Programa de combate à pobreza: "o poder das mulheres às avessas"	Rosana de Carvalho Martinelli Freitas	Assistente Social e doutora em Sociologia Política
27	101	Jan-mar	2009	Com açúcar e sem afeto: a trajetória de vida amorosa de mulheres das classes populares de Aracaju	Márcia Santana Tavares	Assistente Social
28	102	Abr-jun	2010	Morte materna: uma expressão da questão social	Luzia Magalhães Cardoso, Mirian Moura Costantin Félix de Souza e Roberto Ubirajara Cavalcante Guimarães	2 Assistentes Sociais e 1 Médico Obstetra
29	103	Jul-set	2010	Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobre	Verônica Gonçalves Azevedo	Professora adjunta do curso de Serviço Social

						pela UFF
30	105	Jan-mar	2011	Geração de Renda: Enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho	Cássia Maria Carloto e Anne Grace Gomes	Assistentes Sociais
31	105	Jan-mar	2011	Condição feminina de mulheres chefes de famílias em situação de vulnerabilidade social	Rosa Maria Ferreiro Pinto, Fátima Aparecida Barbosa de Oliveira Micheletti, Luzana Mackevícus Bernardes, Joice Maria Pacheco Antônio Fernandes, Gisela Vasconcellos Monteiro, Magda Lucia Novaes Silva, Tânia Maria Horneaux de Mendonça Barreira, Aparecida Favorêto Makhoul e Amélia Cohn	3 Assistentes Sociais, 2 Enfermeiras, 3 Psicólogas e 1 Socióloga
32	105	Jan-mar	2011	Resenha: Dicionário Crítico do Feminismo	Claudia Mazzei Nogueira	Professora do Departamento de Serviço Social
33	110	Abr-jun	2012	A Lei Maria da Penha e a proteção legal à mulher vítima em São Borja no Rio Grande do Sul: da violência denunciada à violência silenciada	Alessandra Acosta Carneiro e Cristina Kologeski Fraga	Escrivã da delegacia de Polícia Civil de São Borja (RS), graduada em Educação física (UFES) E 1 Assistente Social
34	111	Jul-set	2012	A divisão sexual do trabalho	Claudia Mazzei Nogueira	Professora e doutora em Serviço Social (UNIFESP/SP)
35	117	Jan-mar	2014	Formação profissional em Serviço social e gênero: algumas considerações	Rita de Lourdes de Lima	Assistente Social Mestre e doutora (UFPE)
36	127	Set-dez	2016	Gênero e Serviço Social: uma análise a partir do paradigma indiciário	Ana Lole	Assistente Social, doutora em Serviço Social

Fonte: Pesquisa realizada por acadêmicas do Curso de Serviço Social da FAPSS

Conclusão

A breve reflexão realizada a partir dos dados coletados aponta que os estudos de gênero não foram apropriados pelo Serviço Social no mesmo ritmo em que outras áreas do conhecimento.

O ensino e a pesquisa nessa área garantem o compromisso de intervenção junto às mulheres, às meninas e a todos os grupos de pessoas excluídas em

decorrência da vivência de sua sexualidade. Os estudos de gênero no Serviço Social possibilitam avançar na investigação científica e na reflexão sobre as relações sociais, construídas desigualmente entre mulheres e homens, e que são parte integrante das relações de produção e reprodução, objeto de análise e intervenção do Serviço Social.

A análise indica a necessidade de que os estudos de gênero devem ser incluídos nos conteúdos curriculares da graduação como ferramenta, também, para problematizar as relações sociais, não apenas do ponto de vista da análise de classes sociais, mas também das relações desiguais geradas por uma sociedade patriarcal o que, com certeza, influenciará no exercício profissional, uma vez que a profissão é formada majoritariamente por mulheres que, cotidianamente, atendem um público feminino.

Os estudos apontam, ainda, a necessidade dos assistentes sociais fortalecerem a aproximação com os movimentos feministas que há poucos anos passou a estreitar-se.

Referências bibliográficas

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. 11. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS (Org.). *Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional*. Brasília: CFESS, 2005. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtu-al2006.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2011.

DEL PRIORI, Mary (org). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto: UNESP, 2001.

FAURY, Mirian. Estudando as questões de gênero em serviço social. In *Pro-Posições* – vol. 14, N. 1 (40) – jan./abr. 2003.

IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional* – 20. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIMA, Rita L. Formação profissional em serviço social e gênero; algumas considerações. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n117/04.pdf>> Acesso em 06 de maio de 2014.

LISBOA, Teresa K. Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros

ao longo da trajetória da profissão. In *Revista Katálisis*. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 66-75 jan./jun 2010.

MACHADO, Lia Z. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? In *Série Antropologia*.n.284. Brasília, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. W. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Mulheres, 2002.

_____. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1991.

_____. Prefácio a gender and politics of history. In *Cadernos Pagu*. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, n. 3, 1994, p. 11-27.